

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



SESSÃO DE FEVEREIRO

ATA N.º 1/2022

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 01/2022**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal de Vendas Novas, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 5 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados, nomeadamente:

Hermínia Maria Viegas Henriques, Aníbal José Serelha Lopes da Silva, Ana Sofia Martins Vaz Rebelo, Paulo Jorge Piteira Campino, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), Carmen Isabela da Silva Oliveira Garcia, João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques (PPD/PSD.CDS-PP), Maria João A. B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pelos Vereadores, Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias, pelo Chefe da DAF, Hélder Fernandes e pela Técnica do Serviço de Desenvolvimento Social Dra. Cristina Frade.

Sendo a primeira reunião em que participa o membro Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques, a Presidente, para os efeitos do disposto na Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, verificou a sua identidade e legitimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Assembleia informou que o **Membro Pedro José Barbas Martins** pediu renúncia do mandato por ter sido eleito para o secretariado da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – CIMAC, sendo substituído ao abrigo do artigo 70 da Lei 169/99, de 18 de setembro por o **Membro Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques** desejando-lhe um bom trabalho.

Foi apresentada a votação o **Projeto de Ata n.º 6/2021** (Anexo 1/22), referente à sessão realizada no dia 26 de novembro de 2021. Não havendo intervenção de nenhum membro neste ponto, o documento foi posto a votação sendo **aprovado**, por **unanimidade**.

Não participaram na discussão e votação os membros José Manuel Batista Leitão e Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques, por não terem estado presente na sessão em causa.

Foi apresentada pela **Membro Maria Pereira** em representação da Bancada do PS, a **“Moção Pela Paz, estamos Solidários com o Povo Ucrainiano”** (Anexo 2/22), não havendo intervenções, o documento foi posto a votação sendo **aprovado** por **unanimidade**, realizando-se em seguida um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do conflito em questão, sugerido na proposta.

Foi apresentada pela **Membro Maria João Luz** em representação da Bancada do PCP-PEV, a **Moção “Saudação à Luta e Resistência das Mulheres”** (Anexo 3/22), não havendo intervenções, o documento foi posto a votação e **aprovado** por **unanimidade**.

Foi apresentada pelo **Membro José Leitão** em representação da Bancada do PCP-PEV a **Moção “Pelo reforço dos efetivos da Guarda Nacional Republicana em Vendas Novas”** (Anexo 4/22).

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:

O **Membro Aníbal Silva**, manifestando a aprovação da Bancada do PS do referido documento.

Não havendo mais intervenções, a Moção foi colocada a votação e **aprovada**, por **unanimidade**.

Foi apresentada pelo **Membro António Prata** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP a **Recomendação "Por novas medidas extraordinárias de apoio à atividade económica local"** (Anexo 5/22).

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:

A **Membro Sofia Rebelo**, declarando a abstenção da Bancada do PS referindo a inexistência de indicadores que justifiquem as medidas referidas;

O **Membro Paulo Campino**, reforçando a ideia anterior;

O **Membro António Prata**, a **Membro Carmen Garcia**, o **Membro João Perdigão**, intervieram para esclarecer o intuito da Recomendação;

O **Membro José Leitão** para referir que a Bancada PCP-PEV votaria favoravelmente à Recomendação.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o documento, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 8 votos a favor (5 PPD/PSD.CDS-PP e 3 PCP-PEV) e 9 abstenções (PS).

Foi apresentada pela **Membro Sónia Carvalho** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP a **Recomendação "Pela resolução do estacionamento abusivo em Vendas Novas"** (Anexo 6/22).

Não havendo intervenções a Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação, a votação, sendo **aprovada**, por **maioria**, com 8 votos a favor (5 PPD/PSD.CDS-PP e 3 PCP-PEV) e 9 abstenções (PS).

Foi apresentada pelo **Membro Tomás Marques** em representação da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP a **Moção de louvor à resistência ucraniana e de exortação ao acolhimento de refugiados** (Anexo 7/22).

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado, intervindo neste ponto:

A **Membro Sofia Rebelo**, questionou a Bancada PPD/PSD.CDS-PP sobre a localização possível para o acolhimento dos refugiados;

O **Membro José Leitão**, referindo a abstenção da Bancada do PCP por discordância face à representação do povo ucraniano pelo Presidente do seu país;

A **Membro Carmen Garcia**, procurando esclarecer a Moção e responder às questões apresentadas;

O **Membro António Prata**, reforçando o esclarecimento da Moção apresentada;

O **Membro Paulo Campino** e o **Membro Aníbal Silva**, contribuindo para o debate e reforçando a posição da Bancada do PS;

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o documento, sendo **aprovada** por **maioria** com 14 votos a favor (5 PPD/PSD.CDS-PP e 9 PS) e 3 abstenções (PCP-PEV).



PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – Renovação de mandato de Cláudia Sofia Dias Mateus na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

O ponto foi apresentado pela **Presidente da Assembleia Municipal** e colocado à discussão, não havendo intervenções.

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação, por voto secreto.

Deliberando a Assembleia Municipal, por voto secreto, com 14 votos a favor e 3 votos em branco, **aprovar a Renovação de mandato de Cláudia Sofia Dias Mateus na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**

2.º Ponto – Apresentação de proposta de cidadã para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

O ponto foi apresentado pela **Presidente da Assembleia Municipal** e colocado à discussão. Não havendo intervenção de nenhum membro.

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o ponto, por voto secreto.

Foi eleito, por voto secreto, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a cidadã Maria Helena Pata Gonçalves, com 12 votos a favor e 5 votos em branco.

3.º Ponto - Relatório do 2.º semestre de 2021 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento, referindo que o mesmo é elaborado de acordo com o disposto pelo Art.º 59º da Lei 73/2013, sendo um relatório referente apenas ao 2º Semestre do ano, não consubstanciando o documento de Prestação de Contas entregue em abril de 2022 e colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento, intervindo de seguida:

O **Membro Aníbal Silva**, manifestando a concordância com o documento.

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o documento.

Deliberando a Assembleia Municipal **por maioria**, com 12 votos a favor (9 PS e 3 PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), **aprovar o Relatório do 2.º semestre de 2021 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**

4.º Ponto - 1.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM de 2022

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento, referindo que a Revisão Orçamental decorre da lei e depois de ser deliberada na Câmara Municipal em corporação com o Saldo de Gerência apresenta-se a Estratégia de Reforço com as verbas que transitaram do ano 2021 para 2022, destacando os reforços nas áreas da Cultura e de Habitação, em seguida, colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento.

A **Membro Carmen Garcia**, da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, interveio marcando a posição do PPD/PSD.CDS-PP face ao documento, declarando o voto de abstenção da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP.

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o documento.

A Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com 9 votos a favor (PS) e 8 abstenções (5 PPD/PSD.CDS-PP e 3 PCP-PEV), **aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM de 2022.**

5.º Ponto - Proposta de Revisão ao Contrato Interadministrativo de Transferência de Competência com a Junta de Freguesia de Vendas Novas

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento, informando que a proposta de Revisão vem no sentido da alteração e incremento da verba prevista para 2022, para a possibilidade das Juntas de Freguesia contratarem os trabalhadores que terminam contrato com a Câmara Municipal. Em seguida, colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento, intervindo de seguida:

O **Membro José Leitão**, manifestando a preocupação com a verba destinada ao fardamento dos funcionários;

A **Membro Paula Valentim**, procurando esclarecer a questão colocada.

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentando os esclarecimentos às questões colocadas.

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação.

Após votação a Assembleia Municipal **deliberou**, por **maioria**, com 12 votos a favor (9 PS e 3 PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), **aprovar a revisão ao contrato de transferência de competências e auto de transferência de recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas.**

6.º Ponto - Proposta de 2.ª Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Vendas Novas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento Proposta de 2.ª Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Vendas Novas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas informando que foi lançado concurso para terminar a obra do Quartel dos Bombeiros e para dar cumprimento ao compromisso assumido, colocamos a aprovação da Assembleia Municipal a adenda ao protocolo que aumenta em cerca de 200 mil euros o apoio à construção do quartel. Colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento.

A **Membro Carmem Garcia**, da Bancada PPD/PSD.CDS-PP, questionou o Processo Financeiro do Protocolo em análise e o acompanhamento da Câmara Municipal na obra do Novo Quartel dos Bombeiros;

O **Membro António Prata**, da Bancada do PPD/PSD.CDS-PP, reforçou as dúvidas sobre o acompanhamento da Câmara Municipal à obra;



Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação.

Após a votação a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª Adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Vendas Novas e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas em 18 de dezembro de 2017, relativo ao apoio a conceder pelo Município à Associação para a conceção e construção do seu novo quartel operacional, alterando o teor das cláusulas 4.ª e 9.ª do protocolo, passando o financiamento total do Município de 400.000,00€ para 600.493,84€, e aumentando o prazo para utilização gratuita das instalações do atual quartel dos Bombeiros Voluntários por parte do Município.**

A **Membro Paula Valentim** não votou o ponto, por se considerar impedida, por ser Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.

7.º Ponto - Decisão de adiamento da transferência de competências na área social para outubro de 2022

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que em abril estava previsto receber as seguintes áreas de competências na descentralização do Governo: educação, saúde e ação social. Nas áreas da saúde e educação não havendo desenvolvimentos legislativos que permitissem o adiamento serão assumidas pela autarquia no dia 1 de abril de 2022. Na área da ação social foi aprovado o Decreto-lei 23/2022 que possibilita que as autarquias possam adiar a transferência desta competência para 1 janeiro de 2023 e tendo em conta que implicará a abertura de procedimentos concursais para contratação de recursos humanos, decidiu-se adiar para 1 de outubro de 2022.

Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação.

Após a votação, a Assembleia Municipal **deliberou, por maioria com 9 votos a favor (PS), 3 votos contra (PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação e face à ausência de condições para assumir a transferência de competências no domínio da ação social até 31 de março de 2022, prorrogar para 1 de outubro de 2022 o prazo para aceitar a transferência de competências no domínio da Ação Social, previstas no diploma legal acima referido.**

O **Membro José Leitão**, apresentou a Declaração de Voto em nome da bancada do PCP-PEV: "A Bancada da CDU votou contra porque é contra a transferência das competências das autarquias para as Juntas de Freguesia que não sejam de caráter universal e porque as verbas que são transferidas não garantem os meios necessários para o que se pretende transferir"

O **Membro João Perdigo** manifesta o desejo de realizar a votação novamente, uma vez que a Bancada do PPD/PSD.CDS-PP gostaria de alterar o sentido de voto, o que foi negado pela Presidente da Assembleia Municipal, por essa ação não respeitar o Regimento da Assembleia Municipal.

8.º Ponto - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Vendas Novas

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou a criação do Conselho Municipal de Cultura e colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento, intervindo ainda:

O **Membro Tomás Marques**, saudou a iniciativa da Câmara Municipal;

O **Membro Aníbal Silva**, também saudou a iniciativa da Câmara Municipal.

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação.

Após a votação, a Assembleia Municipal **deliberou**, por **maioria** com 14 votos a favor (9 PS e 5 PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV), **aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Vendas Novas**.

9.º Ponto - Estratégia Local de Habitação

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** apresentou sucintamente a Estratégia Local de Habitação, esclarecendo que com o documento se pretende reduzir os casos de carência habitacional através da aquisição e reabilitação de fogos, referindo que a Estratégia é um documento indispensável para a candidatura ao Programa de Primeiro Direito do PRR. Posteriormente, passou a palavra à Técnica do Serviço de Desenvolvimento Social Dra. Cristina Frade,

A **Dra. Cristina Frade** expôs o trabalho técnico realizado na elaboração do documento.

O **Membro João Perdigão** referiu algumas críticas como a falta de envolvimento da sociedade civil e dos Partidos Políticos presentes na Assembleia Municipal na elaboração da Estratégia, a abrangência do Programa e a articulação com os diversos documentos estruturantes do município justificou o voto favorável do PPD/PSD.CDS-PP;

O **Membro António Prata** referiu o conteúdo do documento, destacando a abrangência do mesmo;

A **Membro Carmen Garcia** frisou a falta de envolvimento de Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal;

A **Membro Sofia Rebelo** congratulou a Estratégia e os técnicos que a desenvolveram;

O **Membro Paulo Campino** solicitou um enquadramento legal quando estes documentos vêm a discussão;

O **Membro José Leitão** abordou a votação do documento na votação de Reunião de Câmara e que votariam em consonância;

O **Presidente da Câmara Municipal** e o **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceram as questões colocadas;

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação.

Após a votação, a Assembleia Municipal **deliberou**, por **maioria** com 14 votos a favor (9 PS e 5 PPD/PSD.CDS-PP) e 3 abstenções (PCP-PEV), **aprovar a Estratégia Local de Habitação de Vendas Novas**.

10.º Ponto - Declarações de Todos os Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos e Recebimentos em Atraso Existentes a 31 de dezembro de 2021

A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o ponto apenas era para tomada de conhecimento e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

O **Presidente da Câmara Municipal**, apresentou o documento, informando a inexistência de pagamentos em atraso e fazendo referência aos recebimentos em atraso.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** das Declarações de Todos os Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos e Recebimentos em Atraso existentes a 31 de Dezembro de 2021, não havendo intervenção de nenhum membro neste ponto.

11.º Ponto – Informação da Atividade Municipal

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

O **Presidente da Câmara Municipal** colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento, e informou a Assembleia que estava agendada uma reunião com os cidadãos ucranianos residentes em Vendas Novas para apurar a situação em que se encontram as suas famílias, disponibilizando apoio psicológico e verificar outros apoios que considerem necessários. Informou ainda que em articulação com a Junta de Freguesia estão a apoiar a campanha que está a ser desenvolvida pela Paróquia de Santo António na recolha de bens essenciais para através da diocese enviar para a Ucrânia. Informou ainda da disponibilidade demonstrada à Secretária de Estado das Migrações no acolhimento de famílias refugiadas dentro das capacidades do município.

O **Membro António Prata**, solicitou esclarecimento sobre o Programa do Transporte a Pedido e a avaliação que se faz tendo passado 4 meses desde a sua implementação, sobre os resultados do Inquérito da Rede de Transporte Mais Perto;

A **Membro Carmen Garcia**, questionou sobre a rotura de canalização junto à Rotunda da GNR, sobre danos causados no pavimento pelo desvio do trânsito de pesados na Rua José Francisco Fragoso e questionando ainda sobre o que planeia a Câmara Municipal para situações idênticas futuras e acerca do ponto atual sobre a reunião do IP sobre a Plataforma de Logística;

O **Membro João Perdigão**, pediu esclarecimentos sobre o desconhecimento de Relatórios da CPCJ nos 2 anos passados;

O **Presidente e o Vice-Presidente da Câmara** apresentaram os esclarecimentos às questões colocadas.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 01 minuto do dia 1 de março de 2022.

A Presidente da Assembleia 

A 1.ª Secretária da Assembleia 

ANEXOS



Moção “Pela Paz, estamos Solidários com o Povo Ucrainiano”

O dia 24 de fevereiro de 2022 ficará na história da humanidade como o dia em que as forças russas iniciaram um ataque à Ucrânia, invadindo este país através das suas fronteiras de norte a sul e provocando explosões em várias cidades.

Os esforços diplomáticos não venceram e a Paz de todos é agora colocada em causa por interesses das partes.

Nos últimos dias as emoções e sentimentos que temos experimentado mostram a nossa empatia para com os cidadãos ucranianos cujos rostos espelham a angústia de quem, de um momento para o outro, é impedido de seguir a rotina e normalidade das duas vidas. De repente, abandonam as suas casas, os seus lugares de referência. De repente, a sua principal preocupação é colocar-se a si e aos seus a salvo.

Depois há a angústia de quem está longe, nomeadamente dos cidadãos da Ucrânia que estão seguros no nosso País e que se sentem impotentes perante o facto de terem os seus familiares num território agora perigoso.

Infelizmente, lamenta-se já a perda do que de mais valioso se pode perder: vidas humanas.

Que venha o diálogo e que os responsáveis políticos encontrem o entendimento necessário para trazer de volta a Paz.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de fevereiro de 2022:

- a) Associa-se ao sentimento da maioria do povo português e está solidária com o povo ucraniano;
- b) Une-se num voto de pesar fazendo 1 minuto de silêncio por todos os que já perderam a vida nos ataques desta guerra.

A Bancada do PS na Assembleia Municipal de Vendas Novas, a 28 de fevereiro de 2022.

Que a presente moção, se aprovada, seja publicada nos órgãos de comunicação social locais e canais de comunicação do Município.



Assembleia Municipal de Vendas Novas

Moção

Saudação à Luta e Resistência das Mulheres

Assinala-se, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, fundado na histórica luta e legado de resistência das mulheres trabalhadoras do início do século XX e de renovada atualidade hoje.

Honrar este dia é honrar o nosso passado histórico de lutas de mulheres que nele resistiram, sob as mais brutais privações e formas de tortura.

Hoje, novas forças crescem em Portugal e no mundo e voltam a ameaçar, diretamente e de forma particularmente grotesca, os direitos das mulheres, em particular das mulheres trabalhadoras.

É nosso dever continuar a lutar enquanto persistem grosseiras desigualdades no trabalho, na educação, na família, na saúde, na participação social, na criação e fruição cultural, nas reformas e pensões, e em que se aprofundam as violências específicas a que as mulheres, por condição do seu sexo, estão sujeitas.

A violência doméstica, brutal ferramenta de domínio físico, psicológico, económico, social e político sobre a mulher, vê aprofundado o seu alcance. Também a mercantilização do corpo das mulheres se mostrou agravada. A igualdade entre mulheres e homens é inextricável da justiça social e é esta a garante da participação das mulheres em condições de igualdade e de verdadeira emancipação.

Urge, pois, reivindicar o direito ao trabalho com direitos, o direito universal à saúde e ao reforço do SNS, o direito aos serviços públicos e às funções sociais do Estado, dos transportes à habitação, e o direito a uma vida digna, liberta de violência.

Lembrando o legado histórico das mulheres antifascistas que nos abriram caminho, "coragem hoje, abraços amanhã".

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, na sua Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de 2022, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional da Mulher em homenagem à luta pelos direitos das mulheres, em Portugal e no mundo;
2. Saudar as mulheres que lutam pela igualdade, a cada dia, em cada local de trabalho, em cada casa, no nosso concelho;
3. Saudar todas as iniciativas que assinalam este dia, apelando à participação nas mesmas.

Pelos Eleitos da CDU

Maria João Luz

Em caso de aprovação, remeter a presente saudação para o para o Movimento Democrático de Mulheres, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e para a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género



Assembleia Municipal de Vendas Novas

MOÇÃO

Pelo reforço dos efectivos da Guarda Nacional Republicana em Vendas Novas

Recentemente, trabalhadores do Parque Industrial de Vendas Novas dinamizaram em articulação com a União de Sindicatos do Distrito de Évora, um abaixo-assinado que recolheu mais de 200 assinaturas, denunciando os roubos frequentes de que são alvo os automóveis estacionados no Parque e reclamando um reforço da vigilância por parte da Guarda Nacional Republicana.

Face a tais factos e considerando que os militares da GNR que prestam serviço no concelho fazem o seu melhor, mas esta força de segurança está claramente desfalcada de meios para intervir. a bancada da CDU, propõe que a Assembleia Municipal através da aprovação desta moção, manifeste a sua solidariedade com os trabalhadores afectados e exija do Governo actualmente em funções e do próximo, ambos de iniciativa do Partido Socialista, nomeadamente do Ministério da Administração Interna, o reforço do número de elementos deste corpo de segurança no concelho de Vendas Novas, de forma a prevenir ou reduzir este tipo de situações ou outras lesivas do bem estar da população.

Vendas Novas, 28 de Fevereiro de 2022

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, aos grupos parlamentares com acento na Assembleia da República e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.

RECOMENDAÇÃO

Por novas medidas extraordinárias de apoio à atividade económica local

Desde 18 de março de 2020, o país tem estado sujeito a regras específicas, de acordo com os estados de emergência, situações de calamidade ou de contingência declarados pelo Presidente da República e pelo Governo e que têm sido alteradas de acordo com a evolução epidemiológica vivida no país

A pandemia causada pelo vírus SARS-COV2, para além das consequências na saúde pública, provocou também fortes impactos negativos de ordem social e na económica local, designadamente, na restauração, comércio e serviços.

Tendo em vista diminuir e mitigar os impactos económicos negativos resultantes do surto epidémico, foram adotadas um conjunto de medidas de apoio à sustentabilidade da economia, nomeadamente dirigidas aos pequenos estabelecimentos e às micro, pequenas e médias empresas.

Tendo em vista a gradual retoma da economia local é essencial garantir e reforçar o apoio às atividades que contribuem para a identidade do Município de Vendas Novas as quais contribuirão para a retoma económica local numa fase pós-COVID-19.

Neste contexto, a bancada do PSD/CDS propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 28 de fevereiro de 2022, no Auditório Municipal, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas, ouvir os agentes económicos locais, estudar e implementar um conjunto de novas medidas extraordinárias de apoio à economia local, a vigorar, durante o primeiro trimestre do ano 2022, com efeitos retroativos, incluindo designadamente, as seguintes propostas:

- Isenção total ou parcial dos estabelecimentos de restauração do pagamento de taxas relacionadas com a ocupação da via pública com esplanadas, e;
- Reduzir o pagamento das taxas devidas às atividades económicas não sedentárias (feiras) e lugares em mercados.

Vendas Novas, 28 de fevereiro de 2021

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro

PELA RESOLUÇÃO DO ESTACIONAMENTO ABUSIVO EM VENDAS NOVAS

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

De entre as atribuições dos Municípios consta a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações no domínio dos transportes e comunicações (Artigo 23º), o que também se materializa na deliberação sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos (Artigo 33º).

O estacionamento só pode ser realizado nos locais estabelecidos para o efeito, sendo importante ter em consideração que:

1. Nenhum veículo pode estar estacionado no mesmo local mais de 30 dias (não basta movimentar ligeiramente). Em caso de incumprimento, o deve ser imediatamente removido, pela Entidade com possibilidade de aplicação do código da estrada (GNR e Município);
2. Os veículos que estejam na via pública têm de ter seguro de responsabilidade civil e inspeção periódica obrigatória. Caso não os tenham, devem ser objeto de contraordenação;
3. Os veículos considerados abandonados, apresentando sinais exteriores de abandono ou deterioração, ou que não possam circular pelos próprios meios são considerados em fim de vida, e apesar de terem seguro e IPO podem constituir ilícito ambiental.

Assim, a Bancada da Coligação Vendas Novas PRIMEIRO (PPD-PSD/CDS-PP) propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 28 de fevereiro de 2022, no Auditório Municipal, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas o desenvolvimento de diligências imediatas que permitam retirar das ruas do concelho de Vendas Novas os veículos que se encontram na condição de estacionamento abusivo.

Vendas Novas, 28 de fevereiro de 2022

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro



MOÇÃO DE LOUVOR À RESISTÊNCIA UCRANIANA E DE EXORTAÇÃO AO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

Vivemos um momento determinante na história mundial. A ocupação violenta e não provocada de um estado soberano veio colocar em causa a paz que experimentávamos há várias décadas na Europa.

Alavancada por uma política expansionista e com base em confabulações, a Rússia atacou a Ucrânia de forma particularmente vil não se coibindo de atingir alvos como hospitais, escolas e igrejas. Até ao momento, foram mortos pelos menos 352 civis, entre os quais 14 crianças.

Por toda a Ucrânia há hospitais improvisados em abrigos, neonatologias a funcionar em bunkers e milhares de famílias separadas.

E ainda assim, com uma resistência corajosa e determinada, o povo ucraniano, juntamente com o seu exército, luta nas ruas para proteger a sua pátria.

A União Europeia estima que cerca de sete milhões de ucranianos sairão do seu país como refugiados de guerra e, um pouco por todo o mundo, milhões de cidadãos, inclusivamente russos, manifestam publicamente a sua solidariedade para com a Ucrânia.

Mas mesmo perante a catástrofe humanitária, ambiental e económica que vivemos, o governo de Vladimir Putin não recua e ameaça com a utilização de armas nucleares.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de fevereiro de 2022, delibera:

- Aprovar a presente moção de louvor aos milhares de ucranianos, representados pelo seu presidente Volodimir Zelensky, que donos de uma coragem histórica resistem à tentativa de ocupação russa;
- Manifestar a sua profunda solidariedade para com o povo ucraniano;
- Garantir que Vendas Novas será um concelho pioneiro e diligente na integração de refugiados ucranianos assegurando-lhes todas as condições de acordo com os princípios constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- Providenciar, por todos os meios ao seu alcance, ajuda humanitária para a Ucrânia ou, caso o mesmo seja logisticamente impossível, para a fronteira entre a Ucrânia e a Polónia através da qual, diariamente, milhares de pessoas procuram fugir da guerra com pouco mais do que a roupa que trazem no corpo.

28 de fevereiro de 2022

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro